O ESTADO DE S.PAULO
Publicado em 19/04/2023 - 06:00

Governo troca chefes do Incra após pressão do MST, que amplia invasões

Governo cede ao MST e faz nomeações no Incra; ministro vê crime em invasões

Movimento promoveu nos últimos dias atos em sedes regionais do órgão para cobrar a indicação de nomes aliados; titular da Agricultura reage à ação em área da Embrapa

JOSÉ MARIA TOMAZELA
SOROCABA
ISADORA DUARTE
SÃO PAULO

MST ES

Militantes do Movimento dos Sem Terra (MST) invadiram propriedade da Suzano, em Aracruz (ES)

O governo federal cedeu à pressão do Movimento dos Sem Terra (MST) e nomeou sete novos superintendentes regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O MST promoveu nos últimos dias invasões de sedes do órgão federal e de fazendas produtivas para cobrar a substituição de nomes indicados pelo governo de Jair Bolsonaro (PL). Desde o início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, o movimento reivindica nas chefias estaduais do Incra "pessoas comprometidas com a reforma agrária". Dos sete nomeados, cinco são indicações do MST.

Anteontem, integrantes do movimento voltaram a invadir fazendas produtivas da Suzano, desta vez em Aracruz, no Espírito Santo. No dia anterior, o alvo foi uma área de pesquisas da Embrapa Semiárido, órgão federal, em Petrolina (PE). As invasões geraram novas reações do setor produtivo e foram repudiadas também no próprio governo.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, classificou as ações como criminosas. "Inaceitável! Sempre defendi que trabalhador vocacionado tenha direito à terra. Mas a terra que lhe é de direito", escreveu em sua conta oficial no Twitter. "O agro produz com sustentabilidade, se apoia nas pesquisas e todo o trabalho de desenvolvimento promovido pela Embrapa. Atentar contra isso está muito longe de ser ocupação, luta ou manifestação. Atentar contra a ciência, contra a produção sustentável é crime e crime próprio de negacionistas."

O tom mais duro contrasta com a manifestação da própria Embrapa, subordinada à pasta e a do ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, que conduz as negociações com os sem-terra. Anteontem, o ministro chamou líderes do MST para uma reunião em Brasília e recebeu a pauta da "jornada de lutas" do movimento, como ele próprio anunciou em sua rede social. "Informei que estou em diálogo com a Presidência da República na elaboração de medidas para a retomada do Programa Nacional de Reforma Agrária, paralisada nos últimos anos."

Na mesma noite saiu a lista de nomeações no Incra. Feitas pelo presidente nacional da autarquia vinculada ao MDA, elas foram publicadas ontem no *Diário Oficial* da União.

ALIADOS. O governo nomeou Nelson José Grasselli para a Superintendência do Rio Grande do Sul; Francisco Erivando Santos de Sousa para a regional no Ceará; Paulo Roberto da Silva em Mato Grosso do Sul; Elias D'Angelo Borges em Goiás; Nilton Bezerra Guedes no Paraná; Maria Lúcia de Pontes no Rio; e Edtânio Santos de Oliveira em Mato Grosso.

O MST apoiou as indicações dos novos superintendentes de Ceará, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná e Rio. Dois dos nomeados já haviam ocupado superintendências em gestões do PT e, quando demitidos em 2016, houve protestos do MST. Anteriormente aos atos desta semana, o Incra havia oficializado novos superintendentes no Rio Grande do Norte, sendo nomeado Lucenilson Angelo de Oliveira; no Acre, Márcio Rodrigo Alecio; em Santa Catarina, com Dirceu Luiz Dresch; e para o Distrito Federal, com a escolha de Cláudia Pereira Farinha.

De acordo com Margarida da Silva, líder nacional do movimento em Alagoas, as indicações não foram só do MST. "São nomes de consenso do campo popular e alguns do próprio PT", disse. Alguns, como Elias Borges, fizeram parte do movimento. O MST ainda reivindica a exoneração do superintendente do Incra de Alagoas, César Lira, primo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e de Minas Gerais, Batmaisterson Schmidt, que ocuparam os cargos durante o governo Bolsonaro.

Desde o início da semana, no chamado "Abril Vermelho", o movimento realizou atos em 18 Estados, entre eles invasões e protestos em sedes regionais do Incra em 11 Estados e no Distrito Federal. Anteontem, 200 integrantes do movimento invadiram áreas da Suzano, em Aracruz. As invasões na Suzano aconteceram pouco mais de um mês após acordo intermediado pelo ministro Paulo Teixeira para a desocupação de outras três áreas da empresa invadidas no sul da Bahia. A Suzano disse ter sido surpreendida com a invasão de áreas produtivas "mesmo em um contexto de diálogo e construção de convergência entre as partes". A Justiça capixaba deu liminar para o despejo dos invasores sob pena de multa diária de R$ 10 mil em caso de descumprimento.

Já a Embrapa informou que havia protocolado na Justiça ação de segurança preventiva no último dia 13, quando houve rumores sobre a invasão da propriedade. Ontem essa ação foi convertida em ação de reintegração de posse, mas até a noite a área continuava ocupada.

'PARADOXO'. Para o presidente executivo da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá), Paulo Hartung, as ações recentes do MST mostram que "vive-se um paradoxo no Brasil": apesar de o País ter "um agro dinâmico, globalmente competitivo e relevante", de aproximadamente "5 milhões de propriedades rurais existentes no Brasil, 3,2 milhões estão completamente fora do jogo do agro moderno, com baixa produtividade".

"Cerca de um milhão de propriedades são assentamentos, em que boa parte também não está inclusa em uma atividade agrícola moderna e tecnológica. Esta é a prioridade do Brasil: levar para essas propriedades assistência técnica, tecnologia, crédito para custeio e investimento, acesso a mercados e insumos adequados. É preciso colocá-los no jogo. Ao dinamizar estas propriedades, o País impulsionará a produção e, consequentemente, combaterá a pobreza", disse Hartung. "É visível que este movimento social perdeu tração nos últimos anos. A sociedade mudou muito nas últimas duas décadas e já não tolera mais este tipo de atitude."

A Ibá representa o setor de base florestal para fins industriais, com atuação em mais de mil municípios brasileiros. O ex-governador do Espírito Santo, onde o movimento invadiu áreas da Suzano, afirmou que as ações do MST "afrontam a democracia e afugentam investimentos no País". "Não podemos seguir na contramão agora, desrespeitando a lei. Isso também gera insegurança jurídica." ●

CNA pede urgência ao STF em liminar que quer barrar invasões

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) disse ontem que as novas invasões reforçam a urgência do pedido de liminar protocolado no último dia 12, no Supremo Tribunal Federal (STF), para impedir invasões de propriedades em todo o País. Conforme o diretor-jurídico Rudy Ferraz, invasão é crime e viola o direito de propriedade. "Nossa expectativa é de que o STF analise a medida cautelar para que possamos restabelecer o estado democrático de direito."

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar afirmou que o titular Paulo Teixeira voltou a se reunir ontem com líderes sem-terra e "solicitou a desocupação das áreas para a manutenção do diálogo entre movimentos sociais e governo". A pasta disse que age para a retomada do programa de reforma agrária. ●

"Atentar contra isso (sustentabilidade e Embrapa) está muito longe de ser ocupação, luta ou manifestação. Atentar contra a ciência, contra a produção sustentável é crime e crime próprio de negacionistas"
Carlos Fávaro
Ministro da Agricultura

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Pagina:** 7

Copyright © Clipclap 2025.